Especialistas defendem urgência de trabalhar em objetivos comuns para aumentar a resiliência dos territórios rurais

18 de Abril, 2022

Com a duração de 16 meses, contados a partir de dezembro de 2020, o projeto **Forest-Ed** centrou-se na sensibilização e no envolvimento dos vários atores da floresta mediterrânica para a necessidade de reforço das boas práticas de gestão integrada do território com enfoque nos desafios das alterações climáticas e nas soluções de transição ambiental (avaliação, resiliência, adaptação, mitigação), seguindo a abordagem preconizada pelo conceito da Floresta Modelo. Neste projeto, foi ainda dado foco à vertente da educação ambiental ligada aos espaços florestais, enquanto veículo de sensibilização e envolvimento da sociedade.

Joaquim Ramos Pinto

“Dar a conhecer e implementar a abordagem preconizada pelo conceito da Floresta Modelo da região mediterrânica, fomentando a partilha de experiências entre as várias partes interessadas e a otimização da gestão integrada do território da Floresta mediterrânica”, foi o grande objetivo deste projeto que contou com a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) como parceiro com experiência e competência no campo educativo. “Procuramos envolver entidades nacionais de diversos setores para dar a conhecer uma forma diferente de gestão integrada do território”, refere **Joaquim Ramos Pinto**, presidente da Direção da ASPEA, destacando o envolvimento do “Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas, da Direção Geral da Educação, de entidades de gestão florestal, das organizações de ambiente e parceiros internacionais que ficaram a conhecer a realidade florestal nacional”.

No âmbito deste projeto, a ASPEA promoveu uma sessaõ plenaŕia sobre o tema “Floresta Modelo”, onde foi possível testemunhar várias iniciativas e

programas que se encontram em desenvolvimento nas áreas mediterrânicas representadas: “Os programas são muito diversificados e integram os vários setores e dimensões inerentes ao desenvolvimento rural e florestal”. A nível internacional, Joaquim Ramos Pinto dá ênfase às “iniciativas de diversificação e valorização dos rendimentos associados às florestas”, as “atividades promotoras do turismo e de silvoterapia”. A nível nacional, o destaque vai para os “planos de gestão integrada da floresta, nomeadamente as Zonas de intervenção Florestal (ZIF)”, as “AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e o sistema de Baldios”, assim como os “programas de sensibilização e de educação ambiental dirigidos à comunidade escolar e à população em geral”, com uma visita ao Centro Ciência Viva da Floresta em Proença-a-Nova.

[blockquote style=”1˝]“Despovoamento das áreas rurais e idade avançada das pessoas”[/blockquote]

Relativamente à rede mediterrânica da “Floresta Modelo”, **Anabela Pereira**, gestora de projetos da ASPEA, explica que a iniciativa tem como base a estratégia da “Floresta Modelo” adaptada às características da região: “É uma rede de parcerias entre vários *stakeholders* que permite um envolvimento mais alargado a nível nacional e internacional, no âmbito da discussão das políticas e práticas de desenvolvimento sustentável do território”. Além disso, “promove a partilha dos recursos e dos riscos entre os vários *stakeholders*”, facilitando a “participação em projetos colaborativos” e, ao mesmo tempo, confere “um valor acrescido ao território pelo reconhecimento da marca ´Floresta Modelo´”. Esta rede de trabalho tem ainda a mais valia de promover a “experimentação e a demonstração de práticas inovadoras”, bem como o “desenvolvimento de ferramentas de apoio à gestão e ao planeamento das decisões”, acrescenta. Desta forma, a ASPEA acredita que Portugal, associando-se a esta rede, criaria uma “maior cooperação dos diferentes atores no território”, permitindo “condições para a sustentabilidade daí resultante”, com “benefícios acrescidos para os produtores, artesãos, para as comunidades locais, para o turismo e para a valorização das florestas e das zonas rurais”.

Anabela Pereira

Já sobre os desafios que se fazem sentir na Floresta Mediterrânica, Anabela Pereira refere que a principal ameaça prende-se com o "despovoamento das áreas rurais" e da "idade avançada das pessoas" que ainda subsistem no território: "Assiste-se cada vez mais a um risco acrescido de incêndios, à destruição de habitats específicos e à exploração insustentável dos recursos". Face a esta realidade, a responsável chama a atenção para a urgência de se "criar estratégias de gestão" que sejam "atrativas para os mais jovens e que possam fazer face a todos os problemas atuais: impõe-se uma mudança de paradigma que possa ser transversal a todo o território, facultando um conceito holístico de vivência da floresta em sinergia com o ambiente, ao invés do conceito tradicional antropocêntrico de uso e benefício unilateral". No entender da investigadora, é importante continuar a "aumentar os esforços de educação e de sensibilização sobre os ecossistemas florestais e sobre os seus benefícios para a saúde humana e para o bem-estar". Tão importante é ainda "facilitar a diversificação da exploração dos recursos (bagas, plantas aromáticas e medicinais, cogumelos, entre outros)" que possam garantir "diversas fontes de rendimento e um impacto económico mais positivo", sustenta.

[blockquote style="1"]"Uma estratégia de gestão que contemple mudanças ligadas à gestão florestal e favoreça captação de pessoas…"[/blockquote]

Quanto às boas práticas existentes em Portugal, Joaquim Ramos Pinto destaca os "vários planos de gestão florestal" que têm procurado "otimizar a sua implementação", adaptados às "diferentes circunstâncias e características dos territórios". A título de exemplo, o responsável indica as Zonas de intervenção Florestal (ZIF), e as AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e dos Baldios: "Pretende-se, através destes planos, viabilizar e promover a implementação da gestão da floresta ,de forma integrada e adequada às características de cada local".

Já sobre as dificuldades que as entidades portuguesas sentem nestas matérias, o investigador aponta o "estatuto privado" da maior parte do território como o principal problema: "A implementação de objetivos comuns reguladores de uma gestão coerente e satisfatória em Portugal fica desde logo dificultada". Da mesma forma, acresce que a "população envelhecida e menos instruída" é também um grande entrave, bem como o "abandono das terras", que também acrescenta "dificuldades na identificação dos seus proprietários". Perante este panorama, Joaquim Ramos Pinto atenta na urgente adoção de uma "estratégia de gestão que contemple e assegure mudanças, não só diretamente ligadas à gestão florestal" mas que possa igualmente "favorecer a captação de pessoas, a educação da comunidade sobre a importância das florestas e a valorização e a diversificação das fontes de rendimento florestal". Uma das possíveis formas de o fazer poderá incluir a "adoção e adaptação dos exemplos de sucesso já conhecidos na Europa", como é o caso da "rede da ´Floresta Modelo´ Mediterrânica", exemplifica.

Sobre conclusões, os testemunhos de todas as associações representadas da Floresta Modelo, bem como de todas as entidades florestais e ambientais convidadas, foram unânimes na reflexão: "É urgente trabalhar com base em

objetivos comuns que possam fortalecer e aumentar a resiliência dos territórios rurais, nos quais estão incluídas as florestas, garantir a prosperidade e a modernização das populações rurais e o uso sustentável e economicamente viável dos recursos florestais". Face a estas conclusões, a ASPEA pretende "fomentar o debate" entre os vários *stakeholders* interessados, com possibilidades de "articulação e de avaliação dos requisitos da associação modelo e de poderem integrar outros possíveis parceiros no setor social e educacional", rematam os investigadores.